

**GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DESDE BRASIL: AS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES SOBRE
A LIBERTAÇÃO NACIONAL E A INDEPENDÊNCIA (1977-1985)**

**GUINÉ-BISSAU Y CABO VERDE DESDE BRASIL: LAS PRIMERAS PUBLICACIONES
ACERCA DE LA LIBERACIÓN NACIONAL Y INDEPENDENCIA (1977-1985)**

**GUINEA BISSAU AND CAPE VERDE AS FROM BRAZIL: NATIONAL LIBERATION AND
INDEPENDENCE FIRST PUBLICATIONS (1977-1985)**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49410>

Gustavo Koszeniewski Rolim¹

Resumo: neste artigo procuramos abordar, em linhas gerais, as primeiras publicações brasileiras acerca dos processos de libertação nacional e seus desdobramentos ocorridos em Guiné-Bissau e Cabo Verde. A bibliografia reflete o momento de “abertura” da Ditadura Civil-Militar brasileira (c. 1978-1985), ao mesmo tempo em que aproxima o público brasileiro da realidade africana, gerando uma peculiar literatura que mescla a apresentação de temáticas africanas com as necessidades e interesses dos intelectuais brasileiros e brasileiras.

Palavras chave: Guiné-Bissau. Cabo Verde. Amílcar Cabral.

Resumen: en este artículo tratamos de abordar, en términos generales, las primeras publicaciones brasileñas sobre los procesos de liberación nacional y sus desarrollos en Guinea-Bissau y Cabo Verde. La bibliografía refleja el momento de “apertura” de la Dictadura Civil-Militar Brasileña (c. 1978-1985), al mismo tiempo que acerca al público brasileño a la realidad africana, generando una literatura peculiar que mezcla la presentación de temas africanos con las necesidades e intereses de los intelectuales brasileños y brasileños.

Palabras clave: Guinea-Bissau. Cabo Verde. Amílcar Cabral.

Abstract: in this article we intend to analyse, generally, the first brazilian publications on the national liberation process and its developments occurred in Guinea Bissau and Cape Verde. The bibliography reflects the “opening” of the brazilian Military Dictatorship (c. 1978-1985), at the same time, approximates the brazilian public to the african reality, generating a peculiar literature that blends the presentation of african themes with the necessity of brazilians intellectuals.

Keywords: Guinea Bissau. Cape Verde. Amílcar Cabral.

Apresentação

*Guiné-Bissau, Moçambique e Angola
Numa relax, numa tranquila, numa boa
Lendo os livros, da cultura racional*

- Tim Maia – Racional Vol. 2 – Guiné-Bissau, Moçambique e Angola Racional, 1975

*- E a música, como é que ela que funciona ao lado dessa sua proposta política? [...]
- Com Amílcar Cabral! Quem me deu essa chave [...] foi Amílcar Cabral [...] que coloca o parecer sobre a cultura, num
trabalho curto [...] baseado no Nkrumah [...] que se chama “A Arma da Teoria” e um dos capítulos é dedicado a cultura...
e ele define no final do capítulo “a cultura é um instrumento na luta de libertação”. E é isso que é cultura pra nós: um
instrumento, uma arma [...]*

- Taiguara, em entrevista a Aramis Millarch, 1983

As duas citações, dispostas acima, trazem algumas curiosidades da relação brasileira para com a história recente (então contemporânea) do continente africano. A primeira trata-se de uma letra de música; a segunda, um trecho de uma entrevista. Em 1975, Tim Maia vivia o auge de sua “fase racional”, aderindo aos escritos e hábitos necessários para este novo “conhecimento” que havia nele despertado. Dois álbuns foram gravados nesta fase, entre 1974 e 1975. O interessante é que, no segundo volume do álbum racional, a faixa “Guiné-Bissau, Moçambique e Angola racional”, em *funk/soul* característico do artista, menciona estes países como estando em um estado “superior”, “evoluído”, “avançado” – nos termos de seu novo vocabulário à época – “lendo os livros da cultura racional”. É impossível não levar em conta o fato de que o biênio 1974-75 foi justamente o do desfecho das lutas de libertação nacional e independência destes países. Estaria Tim Maia esboçando uma comemoração ao triunfo destas revoluções africanas? Pelo menos com o peculiar vocabulário desta época?

A citação de Taiguara se encaminha por outro lado. Em entrevista ao grande pesquisador e jornalista Aramis Millarch², o músico entoava fortes elogios ao socialismo na então União Soviética, e suas possíveis construções na África, como em Moçambique e Zimbábue. Da avaliação crítica do “entreguismo” do governo militar e da cena musical brasileira, revela, após indagação, que a chave para sua atuação como artista engajado com a revolução socialista adveio da leitura de Amílcar Cabral, referenciando o texto “A arma da teoria”. Taiguara desde 1980, ao voltar ao Brasil, identificava o comunismo (especificamente o marxismo-leninismo) como sua ideologia³. Por um breve período, seu autoexílio foi realizado na Tanzânia de Julius Nyerere (com carta de indicação de Paulo Freire) e, diferentemente de Tim Maia, a citação e as suas referências africanas se davam com vocabulário típico de militantes políticos da época.

O que isso nos diz sobre a relação Brasil-África, nestes anos conhecidos comumente como a “abertura”⁴? O fim da Ditadura Civil-Militar brasileira não se deu apenas no âmbito político-institucional. Com o ascenso de massas e anulação do AI-5, o Brasil passou por um complexo momento

de circulação de ideias, músicas, literaturas, e, com a anistia, pessoas. O Brasil, podemos dizer, passou a refletir sobre si mesmo. É neste contexto que os diversos movimentos sociais – sindical, feminista, negro, indígena, camponês – iriam tornar-se protagonistas dos acontecimentos daqueles anos. O movimento negro, especificamente, traria toda uma gama muito própria de discussões e de leituras que circulariam através de suas próprias publicações ou tendo mesmo alguma reverberação entre as editoras da época. É a partir disto que se dá o recorte de nosso artigo: a publicação de obras que discutissem, a seu modo, as lutas de libertação nacional e os desafios de Guiné-Bissau e Cabo Verde recém independentes – tema tratado, muitas vezes, pela primeira vez no Brasil⁵.

A principal bibliografia com a qual iremos trabalhar constitui-se de livros como *Cartas a Guiné Bissau* (1977), *Diário da Libertação* (1977), *Amílcar Cabral – a Arma da Teoria* (1980), *Guiné Bissau: a busca da independência econômica* (1983) e *La-le-li-lo-luta* (1984). O primeiro, cartas de Paulo Freire durante seu trabalho na Guiné-Bissau; o segundo, um relato de viagem, com introdução de Florestan Fernandes; o terceiro, uma introdução à vida e obra de Amílcar Cabral com edição de dois textos de sua autoria; o seguinte, um levantamento das possibilidades e desafios econômicos enfrentados pelo país, de autoria de Ladislau Dowbor, que havia participado de equipes econômicas no país africano; e o último, um relato de Rogério Barbosa, hoje escritor, na época professor contratado para atuação na África. Esta literatura, por vezes acrescida de um ou outro título (por vezes do mesmo tema, por vezes sobre a África de forma mais geral), era pequena em número, mas ampla em seus temas e debates, circulando no movimentado contexto brasileiro que antes aludimos.

Analisaremos primeiramente o contexto brasileiro em que foram produzidas tais publicações, da retomada editorial e do seu papel neste momento histórico. Posteriormente, faremos uma análise da bibliografia selecionada sobre Guiné-Bissau e Cabo Verde publicada na época, colocando-a em perspectiva com aquilo que se desenvolvia ao redor do mundo em termos de literatura acadêmica especializada, assim como contextualizando com os acontecimentos naqueles países africanos e demonstrando o desenrolar dos estudos nas temáticas abordadas nas últimas décadas.

Os estudos africanos, a abertura e as perspectivas possíveis

Talvez hoje, com mais propriedade do que nas últimas décadas, pode-se falar de “estudos africanos” no Brasil. Ou, pelo menos, destacar seu caráter propriamente acadêmico a partir de grupos de estudo, laboratórios, linhas de pesquisa, departamentos universitários, etc. Até mesmo podendo traçar tendências a partir de dissertações e teses defendidas nos últimos anos. Entretanto, sabemos, como veremos a seguir, que nem sempre a construção de campos de conhecimento no Brasil se dá de forma linear, ou mesmo apenas dentro das cátedras e universidades, tendo a participação de movimentos sociais e as conjunturas políticas atuado fortemente para seu desenvolvimento ou estagnação.

Há de se referenciar que a produção brasileira do início dos anos 1960 trouxe uma primeira, porém efêmera, atenção institucional a África, em particular sobre os movimentos de independência que ocorriam naqueles países, a partir de um processo de institucionalização dos estudos africanos e asiáticos. Com a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), em 1961, houve publicações e discussões, de caráter histórico e de análises conjunturais do continente, inclusive anticoloniais. Tal iniciativa fazia parte do estabelecimento de uma política externa independente de Jânio Quadros – iniciativa e instituto ambos extintos já em 1964 por conta do golpe civil-militar, que desmontou muito das possibilidades de estudo e pesquisa do continente, seja pela subordinação da política externa aos ditames do pentágono, seja pela reforma universitária e o estabelecimento das cátedras atrasadas e eurocêntricas (Schlickmann, 2016).

Entre as décadas de 1960 a 1980, uma série de acontecimentos iria moldar a formação do movimento negro brasileiro e suas demandas e interesses⁶. Com o “ano da África”, em 1960, tivemos uma renovada atenção pelo continente, marcada por forte entusiasmo. As referências, antes organizadas em publicações de artigos francófonos em jornais negros brasileiros, diversificavam-se. A partir dos anos 1970 começava a se fomentar no Brasil importantes discussões e debates. Com as revoluções e independências africanas e o movimento negro nos Estados Unidos (particularmente os Panteras Negras), as reflexões baseiam-se na intervenção do movimento negro nos currículos escolares, na construção de conhecimento afro-brasileiro e na participação das discussões a nível internacional de autodeterminação das nações africanas. Neste sentido, em adição à circulação dos argumentos, teses e as vertentes de pensamento como o “afrocentrismo”, o “pan-africanismo” e a “Negritude”, somam-se a publicação, discussão e circulação de ideias dos revolucionários africanos, como Patrice Lumumba, Frantz Fanon, Agostinho Neto e Amílcar Cabral. Também a progressiva fundação de centros de estudo, como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, e a publicação de sua revista, contribuem para o enriquecimento da visão dos militantes em relação ao continente africano (Schlickmann, 2016, Kössling, 2008, Alberti e Pereira, 2007).

A partir de meados para final dos anos 1970, outros elementos convergem para o enriquecimento do campo, desde a gradual abertura da Ditadura Civil-Militar brasileira como a progressiva (e progressista) atuação de editoras como a Paz e Terra, Brasiliense, Codecri, entre outras, até a reestruturação universitária e o estabelecimento das pós-graduações brasileiras. Estes acontecimentos se retroalimentam, pois não apenas consegue-se a publicação de textos que antes poderiam ser censurados como se tem sua conexão com a volta de atores políticos do exílio, que trazem consigo a realidade de onde se estabeleceram – e a África também foi continente para o qual muitos intelectuais e militantes se dirigiram⁷. As pós-graduações permitem uma ampliação no leque de pesquisas da academia brasileira e os temas tratados pelos movimentos sociais nos últimos anos ingressam nas discussões dos principais centros de pesquisa do Brasil⁸. Um dos exemplos deste último caso, somado à atuação de brasileiros no exterior, como abordaremos, é justamente a aproximação entre Guiné-Bissau e Brasil através do trabalho de Paulo Freire.

No final dos anos 1970, como registrou Flamarion Maués (2013), um verdadeiro *boom* editorial ocorre no Brasil. Especialmente entre os anos 1977-79 adentrando nos anos oitenta, uma série de editoras trazem para o território nacional publicações por vezes inéditas de clássicos da esquerda mundial, assim como novas publicações acerca de assuntos prementes na cena geopolítica de então. A estagnação típica do AI-5 mantida pela ditadura começava a esvaír-se, possibilitando uma enxurrada de títulos que vem compor a biblioteca de estudantes e militantes brasileiros a partir de suas necessidades e interesses – e o contexto de ascensão dos movimentos sociais citado acima tem peso significativo na escolha e na circulação destas obras, a qual Lincoln Secco chamará a atenção para a “ampliação de temáticas” a partir de uma “hegemonia compartilhada” entre as organizações de esquerda (em processo que viria de décadas anteriores) (Secco, 2017, pp. 125-152). Outro elemento a se somar neste complexo quadro é o reconhecimento da Ditadura Brasileira às independências dos países africanos do colonialismo português, o que pode ter sido fator a permitir, ainda que incipiente e controladamente, publicações⁹.

Há de se registrar, embora não seja o tema de nosso artigo, que o contexto europeu, principalmente o Português, era de uma realidade editorial com presença constante em nosso país. A apropriação que o regime salazarista (e na época de Marcelo Caetano) faria da obra de Gilberto Freyre iria aproximar o Brasil e sua produção editorial das posições portuguesas para com a África¹⁰. Nos anos sessenta, de fato, o Brasil era um dos poucos países a ainda votar favoravelmente à posição portuguesa nas resoluções sobre suas “províncias ultramarinas”. A recíproca torna-se verdadeira, enquanto o regime salazarista caía, a ditadura brasileira mantinha-se pelo “milagre econômico”. O livro de Antônio Spínola, *Portugal e o futuro* (1974), recebeu algumas reedições em poucos meses¹¹.

Montado o quadro histórico no qual a literatura que já mencionamos ser o recorte de nosso artigo compõe e participa, será possível percebermos melhor de que forma se mobiliza este amplo leque de interesses e demandas de estudo, tanto acadêmica quanto politicamente. Afinal, ainda ecoando Lincoln Secco (2017, p. 23), um dos elementos de maior importância na formação política e, tanto quanto, na acadêmica, é normalmente aquele mais naturalizado e esquecido: os livros, as publicações e as tendências editoriais. Vejamos então o que brasileiros nos trouxeram sobre a realidade guineense e cabo-verdiana, e como se desenvolveram estes aspectos.

Numa relax, numa tranquila, numa boa? Guiné-Bissau e Cabo Verde no Brasil

As movimentações pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde começam a ocorrer desde meados dos anos 1950. Ou, pelo menos, a elite intelectual e política que irá dirigir a luta armada já procurava se organizar, na Europa e posteriormente na África, desde esta década. Fundado em 1959¹², o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (o PAIGC) iria hegemonizar nos próximos anos as ações contra o colonialismo português e iniciar a luta armada de libertação nacional. Um dos primeiros momentos da luta, segundo o líder político-teórico e fundador do partido, Amílcar Cabral,

era o da “derrubada dos muros de silêncio” (Cabral, 1975). A luta em Guiné-Bissau iria ganhar, a partir da arguta capacidade diplomática de Cabral muito apoio internacional gerando, de certa forma, um fenômeno editorial à parte. Obras de divulgação, militância e denúncia política, além de escritos de Cabral, seriam publicadas em língua portuguesa, francesa, inglesa e italiana em número considerável por praticamente toda a década de 1960 e 1970¹³. No Brasil, entretanto, o auge deste momento se refere justamente ao auge da Ditadura Civil-Militar, em sua complexa hegemonia ideológica e armada do “Milagre econômico”. Apenas no momento da gradual “abertura” que aquelas realidades africanas podem circular no Brasil (ao menos não clandestinamente).

Entre as primeiras publicações que abordaremos, então, já contamos com os países independentes, e não durante o contexto de sua luta armada. É o caso de ambas *Cartas a Guiné Bissau* (1977) e *Diário da Libertação* (1977). Este último trata especificamente do movimento revolucionário já como situação de “governo” e, num relato de viagem, procura discutir o pós-independência de Guiné-Bissau e seus desafios imediatos. Não apenas isto, traz uma importantíssima reflexão de Florestan Fernandes em sua introdução. O sociólogo brasileiro pergunta-se, vistos os primeiros anos de governo independente¹⁴, sobre os rumos da sociedade e dos seus projetos: “Não surgiram novos teóricos ou a realidade em transformação ainda não absorveu a teoria revolucionária que levou a luta anticolonial e anti-imperialista à vitória?” (Fernandes, 1977, p. 6). Impera o tema da “transição”, de um país e de um povo que tem apenas a si mesmo para reerguer-se e encontra os desafios do cotidiano, para além dos macroeconômicos. Faremos um comentário maior sobre os dilemas do desenvolvimento econômico a seguir. Outro livro que traz a vivência no país pós-independência é *La-le-li-lo-luta* (1984), também com fortes contornos de “relato”, além de conjugar consigo o sentimento de exílio, ao mostrar a relação de diversos brasileiros convivendo em África, ainda não podendo voltar ao Brasil (de fato, o autor e outros brasileiros em Guiné lá tomam conhecimento da Anistia). No livro de Rogério Barbosa, temos também em cores vivas o universo muito próprio criado pelos intercâmbios Brasil-África, mas também África-Brasil.

As experiências de alfabetização é assunto largamente retratado na bibliografia sobre os processos de luta, independência e reconstrução nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por dois fatores correlatos: os processos educacionais iniciam-se nas “áreas libertadas” de Guiné-Bissau – territórios dominados pelo PAIGC em que não imperaria mais o poder colonial ainda durante a guerra contra o estado português. O segundo motivo, tão importante quanto, é o fato de a educação ser uma das armas mais importantes em um processo de descolonização da população, além de ser um dos fatores de construção de um estado-nação (seja nos moldes clássicos europeus, seja em países saídos das lutas de libertação nacional do século XX)¹⁵.

Este tema torna-se um dos pontos de maior contato entre Brasil-África, resgatado periodicamente em efemérides, ou congressos e eventos universitários, por conta da atuação do educador Paulo Freire. O

envolvimento deste com o processo educacional em África é tema a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980 em suas obras (torna-se assessor neste assunto também em São Tomé e Príncipe)¹⁶. No Brasil, a principal publicação neste quesito, dentro do quadro que estabelecemos para o artigo, é a edição das cartas endereçadas ao comissariado do Estado para a Educação e Cultura, Mário Cabral, intitulado *Cartas à Guiné-Bissau*, de 1977. Nele, vemos além de um diálogo entre o pesquisador e o os interesses do estado da Guiné-Bissau, Paulo Freire refletindo sobre a teoria de Amílcar Cabral, demonstrando utilizar vasta bibliografia africana¹⁷ – cita, além de Cabral, Frantz Fanon e Albert Memmi – dentro de um denso relato de seu trabalho no país africano (Freire, 1977).

O diálogo entre a teoria de Amílcar Cabral e de Paulo Freire gira em torno, além de outros elementos, da “descolonização das mentes”. De fato, José Eustáquio Romão elenca, nas citações de Freire no livro mencionado, os seguintes eixos de análise retomados de Cabral por parte do pedagogo:

a) a luta armada como fato cultural ou como fator de cultura; b) a ‘reafricanização’ das mentalidades; c) o papel revolucionário da pequena burguesia; d) a associação de denúncia e anúncio, a partir do contexto; e) o papel revolucionário da educação; f) as ‘debilidades da cultura’; g) a presença da tensão permanente (Gadotti e Romão, 2012, p. 47).

Na visão de Romão, os principais pontos de convergência de Freire com Cabral (ambos num contexto de paradigma do materialismo histórico dialético), seria na luta com a luta armada como elemento do aspecto revolucionário, ainda dentro do processo educativo, além da similitude entre o processo de “reafricanização” e “conscientização” (Gadotti e Romão, 2012, pp. 48-49).

O saldo das experiências de brasileiros na Guiné-Bissau em projetos de alfabetização e ensino são também vistos em outras publicações. Primeiramente, em Portugal, a partir dos “Cadernos Livres”, da editora Sá da Costa, o livro *Guiné-Bissau: reinventar a educação* (1978) e posteriormente no Brasil, no livro *Vivendo e aprendendo – experiências do IDAC em educação popular* (1980), Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira realizam seus relatos, especialmente girando em torno da reestruturação escolar: não apenas no sentido de se afastar do modelo colonial, mas também de readaptar as escolas organizadas em tempos de guerra, para tempos de paz.

Diferindo da bibliografia que até agora abordamos, há de se valorizar a dissertação de mestrado de Hilda Maria Ferreira de Almeida, *Educação e Transformação Social – formas alternativas de educação em país descolonizado* (1981). Muito provavelmente trata-se de uma das primeiras obras (e produção de pós-graduação) que realiza um balanço mais denso das experiências educacionais em Guiné-Bissau, da qual brasileiros tiveram forte presença e destaque. Seu texto, de fato, procura trazer o panorama inteiro da educação no período colonial, além de analisar as novas diretrizes à luz do projeto político esposado pelo novo estado consolidado após a luta armada. Para se ter uma ideia, é basicamente ainda o mesmo trajeto realizado por muitos estudantes de mestrado e doutorado, em suas dissertações e teses – a busca de uma gênese no passado colonial, o estabelecimento de modelos contra-harmônicos permitidos pela luta armada e a sua consolidação e modificações necessárias (e falhas e limites do projeto) no país pós-independência.

As independências africanas, no início dos anos 1980, tornam-se também tema de interesse e publicações. Uma das principais fontes de consulta da esquerda e movimentos sociais brasileiros, na falta de midiaticização das independências africanas eram os Cadernos do Terceiro Mundo, editados por Beatriz Bissio e Neiva Moreira. Neles, cujas primeiras publicações, ainda em meados dos anos 1970 eram realizadas em espanhol (viriam a ser editados no Brasil apenas em 1980), todos os números traziam algum informe, entrevista ou matéria sobre algum dos países africanos que passavam por processos revolucionários ou procuravam desenvolvimentos alternativos ao capitalismo no pós-independência, e a Guiné-Bissau e Cabo Verde se tornam dois dos principais temas referentes ao continente africano. No primeiro ano dos Cadernos, 1975, temos no terceiro número uma sessão inteira dedicada à Guiné-Bissau. Apresenta-se Amílcar Cabral e sua biografia, além de reproduzir um importante texto de Mário de Andrade “Cabral e a Guerra Popular”¹⁸. Ao longo dos anos, é possível ter um panorama dos desafios e principais questões envolvidas na independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, em matérias constantes, incluindo a cobertura do Golpe de Novembro de 1980 e os subsequentes desdobramentos durante a década de 1980 – quando, inclusive, a revista passa a abordar em matérias separadas os dois países¹⁹.

Em termos de publicações editoriais, de livros, temos, na década de 1980, a partir de Carlos Comitini, duas publicações, *África Arde* (1980b) e *África, o povo* (1982), procurando realizar um panorama didático e apresentando, brevemente, as independências africanas e a diversidade do povo daquele continente, respectivamente. De fato, o tema parecia virar uma demanda a ser suprida, e a (hoje clássica) coleção *Tudo é História*, da Editora Brasiliense, publica *A luta contra a metrópole (Ásia e África)* (1981), de autoria da renomada historiadora Maria Yedda Linhares. Falar da independência é quase que imediatamente (ainda mais nos anos 1980), falar da consequência destes movimentos históricos e sociais. A discussão acerca do desenvolvimento econômico e das alternativas da África independente tomam corpo em *Guiné Bissau: a busca da independência econômica* (1983), de Ladislau Dowbor, publicado pela Editora Brasiliense, também na coleção *Tudo é História*. Dowbor, ex-guerrilheiro na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), participou do Comissariado de Estado da Coordenação Economia e Plano do governo de Guiné-Bissau, e seu livro publicado no Brasil trazia sua experiência neste fundamental trabalho e o balanço de uma economia que havia feito intensos investimentos em áreas de industrialização que não traziam retorno imediato. A partir dos anos 1980, essa passava a ser uma das principais preocupações daqueles que haviam acompanhado a luta de libertação nacional na Guiné-Bissau. Apenas para termos uma referência, em livro de 1985, Galli e Jones apontam os erros, em sua leitura, do governo de Luís Cabral, ao não realizar um novo tipo de relação com os camponeses, abandonando-os sem auxílio econômico e mantendo o mesmo tipo de relação que via de regra o estado colonial havia tido. Mais recentemente, o não aprofundamento da democracia revolucionária e o abandono da perspectiva de suicídio de classe são os aspectos resgatados pelo sociólogo guineense Carlos Lopes (2011).

Outro aspecto importante, e talvez mais extenso, é a questão da literatura em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Algum tipo de levantamento, antologias e coleções já eram realizadas durante o período colonial, principalmente a partir de Cabo Verde, onde haviam tradições e movimentos literários²⁰. A *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (1983), realizada pelos literatos Gerald Moser e Manuel Ferreira, demonstram que a literatura dos PALOP possuía uma diversidade bem maior do que se poderia supor, embora se desenvolvesse desigualmente. Ferreira chegou a asseverar que a literatura guineense ainda não havia superado a “fase colonial” (Ferreira, 1983, p. 163). A maioria das publicações estaria vinculada diretamente à poesia revolucionária, impulsionada pelo PAIGC²¹. Focando o que propomos para este artigo, vemos no Brasil, esta dualidade produzir uma bibliografia de “compilações”, procurando dar a conhecer alguns revolucionários que também haviam tido produção literária – essencialmente poemas. O próprio Manuel Ferreira publica, pela Ática, em 1987, uma antologia, intitulada *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lúcia Cechin, semelhantemente, *Antologia: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*, pela Gráfica da UFRGS, juntamente com outros dois volumes, um referente a Moçambique, outro a Angola, entre 1985 e 1986.

Cabral à vista! A obra de Amílcar Cabral no Brasil

Tema a ser tratado ligeiramente em separado é a difusão da obra do fundador das nacionalidades guineenses e cabo-verdianas, Amílcar Cabral, no Brasil. Em 1980 temos a edição de *Amílcar Cabral – a Arma da Teoria*, livro organizado e com “destaques” de Carlos Comitini, pela editora Codecri²². Esta edição é a apresentação, pela primeira vez ao público brasileiro, de obras de Amílcar Cabral²³. Os textos do líder do PAIGC datam de 1966 e 1971 – referem-se a duas de suas mais famosas intervenções, “Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social” (comumente conhecido como “A arma da teoria”) e “Libertação nacional e cultura”. As referências do livro não deixam de ser interessantes, uma vez que são provenientes de publicações portuguesas (o livro discrimina a edição da Seara Nova, de 1977) ou inglesas (livro de Basil Davidson, de 1969), além de um documento do PAIGC, referente a uma pequena biografia de Cabral. A obra do revolucionário guineense e cabo-verdiano segue alimentando estudos a ponto de se formar praticamente em um campo nas ciências sociais do mundo todo. Por vezes, esse campo se desenvolve mesmo a parte e sem aprofundar-se no processo histórico que o próprio criou as condições e participou com liderança ativa. Os dois textos trazidos por Carlos Comitini seguem sendo os dois mais citados e debatidos da lavra de Cabral²⁴.

Por quase quarenta anos, esta foi a única edição brasileira de obras de Cabral, não sendo incomum vê-lo citado em trabalhos acadêmicos até hoje, como uma fonte de fácil acesso a duas das principais intervenções de Amílcar Cabral. O meio acadêmico não pode, jamais, subestimar pequenas ações de divulgação de ideias e obras. Por vezes, reverberam mais importante e permanentemente que teses científicas altamente elaboradas (conquanto estas também pudessem ter alto impacto no público

brasileiro, fossem pensadas, editadas e publicadas para este). Amauri Mendes Pereira, em relato, relembra da divulgação do pensamento de Cabral em solo brasileiro. Em 1976 um grupo de militantes do movimento negro reúne-se para captar a rádio de Havana e escutar o pronunciamento na Conferência da Tricontinental, sendo reproduzido em alusão ao aniversário de dez anos de sua realização. Além disso, cita a importância da obra de Comitini e a edição, manual, do discurso de Samora Machel, em 1983, a ser veiculado pelo aniversário de dez anos da morte de Cabral (Pereira, 2012, pp. 121-122).

Fazer a revisão da publicação de obras de Amílcar Cabral no Brasil é tarefa aparentemente simples, dada a escassez de títulos. Por outro lado, gera outras perguntas. Qual a razão disso? Quais eram as dificuldades editoriais? Outras regiões (inclusive africanas) ocupavam mais a atenção da esquerda brasileira naquele momento? E por que também pelas editoras e imprensa progressistas? Se houvesse agravantes décadas atrás, porque a permanência desta defasagem em mais de quarenta anos após o término do AI-5? Nenhuma destas perguntas pode ser respondida diretamente por este artigo, mas vale deixá-las registradas para futuras pesquisas, procurando os problemas e as lacunas deixadas por esta “África no Brasil” e “desde Brasil”.

Voltando ao líder africano, Amílcar Cabral, diferentemente de Frantz Fanon, Kwame Nkrumah, entre outros, não escreveu nenhum livro ou obra “fechada”. Sua extensa e aparentemente interminável produção literária compõe-se de escritos de juventude (poesias e análises literárias de Cabo Verde), escritos agrônomos (talvez o corpus mais extenso, reunido em 1988 em tomo com mais de setecentas páginas – ver bibliografia), escritos partidários (de circulação restrita ou não, como informes, relatórios, discussões, diretrizes, problematizações acerca da luta e construção do PAIGC), conferências, comunicações e entrevistas (estas as que se destacam pelo seu caráter de intervenção ativa, seja nas tribunas da ONU e parlamentos, seja em discussões de congressos pan-africanos, tricontinentais, em países “ocidentais” ou “orientais” e afins), além de intervenções diretas com os militantes. Este último exemplo, pelo seu caráter tão sistemático é ainda pouco abordada em relação à sua potencialidade. Publicado de várias formas e sob os mais variados aspectos, as intervenções no Seminário de Quadros de 1969, dos quais por vezes conhece-se pelas publicações de “partes” como “Análise dos tipos de resistência”, foi publicado em sua completude pela Fundação Amílcar Cabral apenas em 2014, onde podemos finalmente ver por inteiro a complexa e riquíssima construção teórico-prática de Cabral²⁵.

No Brasil, atualmente, segue sendo mais comum a publicação de alguns textos de Cabral em coletâneas. Exemplos, como *Malhas que os impérios tecem* (2012) e *Revolução Africana* (2019), são os mais comuns, associando os textos de Cabral a demais do pensamento revolucionário africano. Recentemente, foi lançada uma coletânea em seleção original, intitulada *Discursos de Guiné e Cabo Verde* (2019). Entretanto, as edições mais “clássicas”, que circulam mundialmente a já quase cinquenta anos – especialmente a organizada pelo revolucionário e intelectual angolano Mário Pinto de Andrade, *Unidade e Luta* – e as recentes re-edições da Fundação Amílcar Cabral, de Cabo Verde (ver bibliografia), não tiveram publicação

no Brasil. O que certamente dificulta não apenas a apropriação desta literatura pelo grande público como o desenvolvimento mais profícuo de um campo de estudos no Brasil, que, novamente, fica dependente do imprevisível acervo das bibliotecas universitárias, das coleções particulares dos professores e da criatividade dos estudantes de graduação para acessar estas obras – conquanto de grande valor, também sintoma da violência por estes infligida na negação de seus desejos intelectuais.

Antes de fecharmos esta sessão devemos realizar um comentário em relação à proeminência de Guiné-Bissau em relação à Cabo Verde na literatura por nós abordada. Embora na independência os dois países tenham formado uma unidade, levando a cabo o projeto (pelo menos incipientemente) de Amílcar Cabral, o fato de o PAIGC não ter conseguido levar a luta armada até o arquipélago fazia com que as atenções se voltassem muito mais para o palco da guerra, isto é, no continente africano. A literatura da época reflete isso. A exceção é sempre na avaliação da produção literária em língua portuguesa, onde Cabo Verde ocupa lugar de destaque dentre os demais países dos PALOP – conquanto no Brasil nem sempre isto se reflita, uma vez que a bibliografia que analisamos prioriza mais as discussões educacionais e políticas ocorridas na Guiné-Bissau. Este descompasso, de qualquer forma, faz parte da construção histórica dos dois países que, também, obtiveram poucos anos de unidade oficial. Tratemos de procurar sintetizar algumas conclusões.

Conclusão

O que a literatura que analisamos nos diz sobre a relação Brasil-África, nestes anos conhecidos comumente como a “abertura”? Dificilmente pode-se dizer que as publicações analisadas acima tenham estabelecido algum tipo de “campo de estudo” propriamente dito. Nem das lutas na África “lusófona” quanto muito menos de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Estas publicações mostram muito mais a grande ânsia pela diversificação da literatura sobre aspectos sociais, culturais e políticos do mundo que o público brasileiro procurava na época do que necessariamente o cumprir de uma demanda acadêmica ou literária sobre e destes países. As demandas apresentadas “na Guiné-Bissau”, são demandas muito brasileiras: experiências de alfabetização seguiam em voga em nosso país, que contava (e ainda conta) com números vergonhosos em relação ao analfabetismo e analfabetismo funcional; pesquisas sobre o caráter das revoluções anticoloniais e as experiências econômicas que aqueles países passaram, tendo eles uma realidade de capitalismo dependente ainda mais crítica e profunda que a brasileira se torna tema mais que importante para nossa realidade.

Entretanto, esta diminuta literatura também demonstra perspectivas de temáticas e visões teórico-metodológicas interessantes e que por vezes ainda não foram levadas a cabo por pesquisadores do Brasil: as perspectivas de uma revolução que foi competente na expulsão dos colonialistas, mas que não se desenvolveu em uma nova forma política-econômica; as relações interafricanas entre guineenses e cabo-

verdianos; a teoria marxista original de Amílcar Cabral; as relações entre esta teoria revolucionária e uma pedagogia da transformação.

Além disso, a trajetória dos brasileiros e brasileiras envolvidas nos processos de desenvolvimento dos países recém-libertos é tema a ser explorado em nossas pesquisas acadêmicas (o que nossos intelectuais exilados conseguiram produzir de políticas estatais? O que levaram dos projetos abortados pelo Golpe Civil-Militar de 1964? O que trouxeram de sua experiência africana ao Brasil?). Torna-se mais que necessário resgatar este importante acúmulo, que muitas vezes aparece de forma difusa e sem a devida sistematização, para compor nossos campos de estudo e de fato servir como componente de nossa História e produção historiográfica. E neste exercício, vemos o quão rico torna-se as relações de nosso povo com outros ao redor do mundo. Neste último quesito, vale registrar as vias de solidariedade e troca, e não o insípido relacionamento diplomático, do qual, por muitas vezes (e em tempos contemporâneos vemos extasiados péssimos exemplos) nem sempre representou as possibilidades de uma atuação solidária do Brasil. Neste sentido, há que se considerar um verdadeiro “Atlântico” de possibilidades, indo além das amarras legais de intercâmbio oficial entre os países. Possuía profundas raízes nas demandas e no desenvolvimento do movimento negro brasileiro, mas também o extrapolava, gerando colaborações profundas entre indivíduos exilados nos governos africanos. As publicações que analisamos também são prova, documento, e acúmulo deste movimento.

Por último, um comentário que necessita ser realizado: momentos históricos passam, hegemonias se desfazem. E no Brasil, o livro e as discussões editoriais sempre tiveram importância incomensurável na constituição de nossa nação. Quais são os temas e interesses que teremos de construir agora para que o próximo *boom* editorial tenha a qualidade e a potencialidade de nos munir para resolver os problemas do nosso povo?

Referências:

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo. **Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 39, janeiro-junho de 2007.

ALMEIDA, Hilda Maria Ferreira de. Educação e transformação social: formas alternativas de educação em país descolonizado. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

ANDRADE, Mário de. **Amílcar Cabral: essai de biographie politique.** Paris: François Maspero, 1980.

AUGEL, Moema Parente. **Sol na Iardi - perspectivas otimistas para a literatura na Guiné-Bissau.** Via Atlântica, São Paulo, n. 3 dez. 1999.

ANJOS, José Carlos Gomes. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

AZEVEDO L. e RODRIGUES M. **Diário da Libertação (a Guiné-Bissau da Nova África)**. São Paulo: Editora Versus, 1977.

BARBOSA, Muryatan. **A razão africana**. São Paulo: Todavia, 2020.

BARBOSA, Rogério Andrade. **La-le-li-lo-luta (um professor brasileiro na Guiné-Bissau)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

BERGOLD, Rogério Brito. **Aramis Millarch e a criação da Associação dos Pesquisadores em Música Popular Brasileira como instituição da esfera pública - identidade, gosto e consumo na crítica de música brasileira popular em O Estado do Paraná entre 1965 e 1976**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná, 2019.

CABRAL, Amílcar. “Prefácio”. In: DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1975 (1969).

CABRAL, Amílcar. **Apontamentos sobre a poesia caboverdiana**. In: Revista de Cultura Vozes, N. 1 / 1976 / Ano 70 p. 15 a 21.

CABRAL, Amílcar. **Estudos Agrários de Amílcar Cabral**. Lisboa-Bissau: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

CABRAL, Amílcar. **Libertação nacional e cultura**. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 355-376.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta (Obras escolhidas Vol.1)**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta (Obras escolhidas Vol.2)**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013b.

CABRAL, Amílcar. **Pensar para melhor agir. Intervenções no Seminário de Quadros, 1969**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2014.

CABRAL, Amílcar. **A luta criou raízes. Intervenções – entrevistas – reflexões – artigos. 1964-1973**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2018.

CABRAL, Amílcar. **Discursos de Guiné e Cabo Verde**. Nova Cultura, 2020.

CECHIN, Lúcia. **Antologia Angolana**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1985.

CECHIN, Lúcia. **Antologia: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS 1986.

CECHIN, Lúcia. **Antologia Moçambicana: poesia e conto**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1986b.

CHABAL, Patrick. **Cabral: Revolutionary Leadership and People’s War**, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CHAVES, Viviane Alves. **Spínola, “Portugal e o futuro”: e a utópica comunidade Luso Afro Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 2020.

- COMITINI, Carlos. **Amílcar Cabral: a arma da teoria**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980.
- COMITINI, Carlos. **África arde – lutas dos povos africanos pela liberdade**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980b.
- COMITINI, Carlos. **África – o povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no Exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- DADALTI, Luís. **Menino da Silva: uma leitura das canções de Taiguara**. Dissertação (Mestrado em Letras). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.
- DAVIDSON, Basil. **A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 1975 (1969).
- DOMINGUES, Petrônio. “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007.
- DOWBOR, Ladislau. **Guiné-Bissau A busca da independência econômica**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.
- FERNANDES, Florestan. “Apresentação”, In: AZEVEDO L. e RODRIGUES M. **Diário da Libertação (a Guiné-Bissau da Nova África)**. São Paulo: Editora Versus, 1977.
- FERNANDES, Florestan. **Nova República?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.
- FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.
- FERREIRA, Manuel e MOSER, Gerald. **Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo et al. **Vivendo e aprendendo: experiências do IDAC em educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.
- GALLI e JONES. **Guinea-Bissau: politics, economics and society**. Londres: Frances Printer, 1987.
- GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – Organização do Estado e relações internacionais**. Torino: L'Harmattan Italia, 2010.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **Olhares sobre a África:** temas dos movimentos negros brasileiros sob vigilância do DEOPS-SP (1964-1983). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 30, nº 1/2/3, Jan-Dez 2008.

LIMA, Viviane de Souza. **Solidariedade Atlântica:** movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961-1975). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole (Ásia e África).** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Carlos (org). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral,** São Paulo: UNESP, 2011.

MASSENA, Andreia Prestes. **Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil.** Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MANOEL, Jones e LANDI; Gabriel (org.). **Revolução Africana:** uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura:** editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher, 2013.

OLIVEIRA, Rosiska e Manoel Darcy de. **Guiné-Bissau: reinventar a educação.** Lisboa: Sá da Costa, 1978.

PACHECO, Maria Abília de Andrade. **Taiguara: a volta do pássaro ameríndio (1980-1996).** Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Falar de Amílcar Cabral é falar das lutas dos povos.** In: *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 139. Maringá, 2012.

SECCO, Lincoln. **A batalha dos livros:** formação da esquerda no Brasil. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

SCHLICKMANN, M. "As trajetórias dos estudos africanos no Brasil", In: *Temporalidades*, v. 8, n. 1 (jan./maio). Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral (1924-1973) Vida e morte de um revolucionário africano.** Coimbra: Edição de Autor, 2016.

SPÍNOLA, Antônio. **Portugal e o Futuro.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

TRAJANO Filho, W. "O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação", In: *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 913-943, 2016.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Relação Brasil-África - Prestígio, cooperação ou negócios?** Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2016.

Notas

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor nas redes públicas de Guaíba e Gravataí (Rio Grande do Sul). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4655618472433756>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4304-1059>. E-mail: kosguero@hotmail.com

² Para sua trajetória, principalmente seu papel na fundação da Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, ver a tese de doutorado de Rogério de Brito Bergold (2019). Uma grande parte de seu acervo pode ser acessado no sítio <https://www.millarch.org/> (visitado em 30/10/2021), incluindo a entrevista com Taiguara, citada acima.

³ A peculiar trajetória de Taiguara foi bem tratada pela dissertação de mestrado de Maria Abília de Andrade Pacheco, *Taiguara: A Volta do Pássaro Ameríndio*, de 2013. Destaca-se não apenas sua produção musical, mas sua experiência de vida após o exílio e as opções políticas tomadas em seus últimos anos de vida. Para uma avaliação da sua obra, ver o trabalho de Luís Dadalti (2020).

⁴ Este difícil momento político no Brasil tem suas especificidades, as quais caracteriza em muito a chamada Nova República, nas suas potencialidades e, principalmente, nos seus limites. Para tal, ver, em visão contemporânea, *Nova República?* de Florestan Fernandes (1986). E, num balanço mais recente, *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir, 2010).

⁵ Há que se realizar uma pesquisa mais profunda em relação às esquerdas brasileiras e o apoio às lutas de libertação nacional africana – em especial a de África lusófona. Não apenas sobre as ações de “internacionalismo” e trocas entre as organizações políticas como as publicações destas organizações no Brasil que, não incomum, traziam suas leituras sobre movimentos revolucionários ao redor do mundo, por vezes precedendo as publicações oficiais em editoras. Neste sentido, ver a dissertação de Viviane de Souza Lima, sobre um movimento de apoio à independência de Angola (Lima, 2017).

⁶ Longe de ter iniciado sua trajetória nestas décadas, o movimento negro no Brasil se delinea desde os aspectos de associativismo, ainda no século XIX, até sua maior formatação nas décadas de 1930 em diante. Para tal, ver o artigo de Petrônio Domingues, *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos* (2007).

⁷ Aspecto importantíssimo é a presença de brasileiros na África, exilados ou auto-exilados pela ditadura e sua participação na circulação de ideias a partir da anistia em 1979 (questões estas correlatas ao que mencionamos na nota de rodapé anterior). Neste sentido, temos dois trabalhos mais ou menos recentes, sobre exílios em Moçambique e Argélia (Massena, 2005 e Cruz, 2016).

⁸ Está disponível para consulta e pesquisa mais sistemática, o acervo da Revista África, revista do Centro de Estudos Africanos: <https://www.revistas.usp.br/africa/issue/archive> (Consultado em 15/09/2021), além das Dissertações e Teses do Centro: <https://cea.fflch.usp.br/dissertacoes/teses> (Consultado em 15/09/2021).

⁹ Sobre a política externa brasileira em relação à África, ver o livro de Paulo Fagundes Visentini, *A Relação Brasil-África - Prestígio, cooperação ou negócios?* (2016).

¹⁰ Para a construção destas justificativas colonialistas, ver a primeira parte do livro *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*, de Patrícia Villen (2013).

¹¹ Lançado originalmente em Portugal em Fevereiro de 1974, a edição brasileira lançada no mesmo ano pela Nova Fronteira, com prefácio de Carlos Lacerda (datado de Março), teve ampla cobertura na mídia e esgotou suas primeiras edições. Ainda no ano de 1974 contava com pelo menos quatro (Chaves, 2020).

¹² Utilizamos a provável data de 1959, ao invés da oficial, de 1956, conforme Julião Soares Sousa determinou em seu estudo, uma biografia de Amílcar Cabral (Sousa, 2016).

¹³ Este “fenômeno” de publicações, derivado do grande prestígio de Amílcar Cabral a partir dos anos 1960, pode ser verificado pelas numerosas edições de seus textos, além de literatura complementar e fundação de comitês de solidariedade ao redor do mundo. Com o final do Estado Novo, também ocorreu uma espécie de *boom* editorial em Portugal, que contribuiu na circulação destes textos.

¹⁴ O governo de Luís Cabral (1931-2009), de 1974 a 1980 marca a primeira fase de Guiné-Bissau independente, em suas tentativas de iniciar um desenvolvimento autônomo para o país. Não sem problemas, dentre os quais uma prioridade à industrialização. Foi derrubado, posteriormente, por um golpe, em 14 de Novembro de 1980, por Bernardo “Nino” Vieira (1939-2009). Para uma avaliação da sociedade criada após a independência, ver o artigo de Wilson Trajano Filho (2016).

¹⁵ Neste sentido, obras que tratam do processo de libertação como um todo, no sentido da fundação do estado, como o de Patrícia Godinho Gomes (2010), assim como a biografia de Cabral, já mencionada, da autoria de Julião Soares Sousa (2016), versam sobre a questão da educação, suas estratégias e perspectivas para a construção do estado e de uma nova sociedade.

¹⁶ Para um quadro mais abrangente de Paulo Freire na África, ver o livro *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe* (2011).

¹⁷ Como já era comum para Freire, visto que desde pelo menos *A pedagogia do Oprimido*, lançava mão de autores africanos, asiáticos e latino-americanos.

¹⁸ Desde pelo menos 1973 Mário de Andrade vinha trabalhando na operacionalização do conceito “guerra popular”, inspirando-se na experiência vietnamita, para caracterizar a estratégia e táticas do PAIGC, em vários textos e apresentações. Sua visão ficou melhor condensada em sua biografia de Amílcar Cabral (Andrade, 1980).

¹⁹ Evitando a extensa citação dos múltiplos números, artigos e entrevistas da revista, convidamos o leitor a acessar seu catálogo, completamente digitalizado: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/211> (Acessado em 11/01/2022).

²⁰ A forma como evoluíram e se constituíram na nação cabo-verdiana pode ser acompanhada na obra de José Carlos dos Anjos (2006).

²¹ Um bom panorama pode ser obtido no artigo de Moema Parente Augel (1999).

²² A Editora Codecri pertencia ao Jornal Pasquim. À época, tinha como editor o cartunista Jaguar.

²³ Em 1976 há a edição, na Revista Vozes, do texto “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana”. A capa da revista traz um retrato de Amílcar Cabral, com seu chapéu tradicional (o que demonstra já uma tentativa de apelo ao público leitor). Do final dos anos 1970 a 1980 muitas edições de obras de Amílcar Cabral já existiam, em português, inglês, italiano, francês e outros idiomas – que circulassem no Brasil não se duvida, embora seja difícil mensurar a quantidade e popularidade. Entretanto, a obra organizada por Comitini destaca-se por ser a primeira (salvo engano nosso) publicação brasileira com a edição *exclusiva* de obras de Cabral.

²⁴ Já em 1983 Patrick Chabal destaca o quanto estes textos vinham sendo exaustivamente analisados, e ganhando importância quase a parte de todo o corpus produzido por Cabral. De qualquer forma, o quadro não mudou muito nos últimos anos.

²⁵ Para acessar esta gigantesca produção de Cabral em suas diferentes fases, sugere-se a leitura da extensa biografia de Julião Soares Sousa (2016). Grande parte da produção de Cabral pode também ser acessada no “Arquivo Amílcar Cabral”, no sítio da Casa Comum, desenvolvido pela Fundação Mário Soares: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2617

Recebido em: 18 de maio 2022:

Aprovado em 20 de ago. 2022: